

JECA TATU: O PAPEL DA LITERATURA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL OU O POVO BRASILEIRO DE CÓCORAS

Claudio do Carmo Gonçalves¹

Julia Almeida Baranski²

RESUMO: O artigo analisa e problematiza a que e a quem serviu o processo de construção da identidade nacional, pautado, sobretudo, na figura do mestiço, enquanto categoria genuinamente brasileira e metarracial, bem como sobre o papel desempenhado pela literatura nesta senda, especialmente no que tange à figura de Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato no conto “Urupês”. Através desta análise, procura-se entender como a raça esteve presente nos debates da elite intelectual brasileira no final do século XIX e início do XX, bem como acerca da ingerência da literatura na solidificação da imagem nacional.

Palavras-chave: Identidade; mestiçagem; Jeca Tatu.

JECA TATU: THE ROLE OF LITERATURE IN THE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN NATIONAL IDENTITY

ABSTRACT: This article investigates the problem of the national identity based, above all, on the mestizo's figure as a genuinely Brazilian category, as well as the role of literature in this path, especially regarding Jeca's Tatu figure, created by Monteiro Lobato in the short history “Urupês”. This article investigates how race was present in all the debates of our intellectual elite, in the late 19th and early 20th centuries, as well as the influence of literature in the solidification of the national image.

Keywords: Identity; Miscegenation; Jeca Tatu.

1. A que e a quem interessa a construção da identidade?

Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade*, embora preocupado com a forma pela qual as identidades culturais nacionais vêm sendo afetadas ou deslocadas no

¹ Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Docente permanente junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PROGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Pós-Doutor em Estudos Comparados pela Universidade de Lisboa (2001); Doutor em Ciência da Literatura – Poética, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2001); Coordena o Grupo de Pesquisa Interinstitucional CNPq “Literatura e Políticas” (UEFS; UERJ; PADOVA – Itália). Membro do GP CNPq “Pôeticas da Diversidade”. **E-mail:** claudiodocarmog@gmail.com. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-3359483X>

² Mestranda em Estudos Literários Programa de Pós-Graduação em Letras (PROGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). **E-mail:** julia.baranski@defensoria.ba.def.br. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9512-0563>.

processo de globalização, o que está fora do escopo de análise do presente artigo, desenvolve argumentos importantes acerca do processo de reconhecimento das identidades:

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazermos isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (HALL, 2019, p. 29).

Isso ocorre porque a modernidade foi sendo marcada, sobretudo, pelos processos de formação dos Estados-nacionais. Deste modo, a ideia de um homem sem nação torna-se algo impensável. Segundo Hall, as culturas nacionais são essencialmente modernas, de sorte que a identificação, que antes poderia ser atribuída à tribo, ao povo, à religião, à região geográfica, à família etc., foram transferidas nas sociedades ocidentais à cultura nacional, ao teto-político do Estado-nação, que se tornou fonte de produção de poder e de atribuição de sentido e significações (HALL, 2019).

Desta maneira, a formação de uma cultura nacional contribui para criar padrões comuns e compartilhados, de sorte a dirimir, ainda que somente na superfície, as diferenças. Cria-se uma língua única, um sistema educacional único, instituições que operam visando unificar o sentimento nacional, através de símbolos e representações. Em outras palavras, “a cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza, tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2019, p. 31). As culturas nacionais, portanto, constroem identidades; os sentidos e as histórias são como contos sobre a nação, são como memórias que as contam e criam-na, simultaneamente.

Ainda seguindo o pensamento de Hall, retoma-se a ideia de Benedict Anderson, segundo a qual a identidade nacional é uma comunidade imaginada, cuja imagem de si mesma se sustenta em cinco elementos principais: a narrativa da nação, - histórias, imagens, panoramas cenários, eventos históricos, símbolos, etc., que representam as experiências compartilhadas entre os nacionais; a ênfase nas origens - a verdadeira natureza das coisas, os elementos essenciais e imutáveis do caráter nacional; a invenção da tradição, enquanto conjunto de práticas, rituais e símbolos que visam inculcar valores e normas comportamentais comuns; o mito fundacional –

a história localizada na origem da nação, o caráter nacional irremediável e fincado sob um tempo mítico e muito distante; e, por fim, a ideia de um povo puro e original. (HALL, 2019).

Todos esses instrumentos trabalham juntos na construção de um discurso sobre a cultura nacional, de identidades perfeitas e acabadas, situadas entre o passado e o futuro e que, aparentemente, sempre estiveram ali, erguendo o Estado-nação e expulsando os outros que não compartilham dos mesmos valores, ideais, normas, padrões, símbolos e narrativas.

Esta comunidade inventada, imaginada e criada no âmbito discursivo serve, justamente ao processo de aniquilação das diferenças dentro de uma mesma nação, ignorando as cesuras, os limites, as fronteiras entre o eu e o outro no processo de reconhecimento do território nacional. Neste sentido,

Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que aterroriza e subordina, a diferença cultural? Essa ideia está sujeita à dívida, por várias razões. Uma cultura nacional nunca foi simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica [...]. Ela é também uma estrutura de poder cultural (HALL, 2019, p. 35).

O caso brasileiro, portanto, não seria diferente. A formação do Estado-nacional, a construção de uma identidade cultural brasileira foram processos discursivos que tiveram na raça uma categoria estruturante, uma vez que, como Hall pontuou, raça não é realidade biológica, mas sim, discursiva.³ A construção de um tipo nacional, genuinamente brasileiro, esteve no centro do pensamento e do projeto das elites intelectuais no pós-abolição: o que fazer com o contingente de escravos recém libertos? Como adequá-los à nova sociedade que não aceita mais, ao menos formalmente, a sua reificação? Como mascarar o processo de subjugação do outro, do diferente – especialmente, do negro –, a não ser pela construção de uma nova realidade nacional?

³ Sobre esse aspecto consultar Hall: Raça, um significante flutuante. In: *Z Cultural*: revista do programa avançado de cultura contemporânea. Rio de Janeiro. ano VIII, n. 2, 2015. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%cf%80%aa/>. Acesso em: 07/09/2020.

2. A mestiçagem: identidade genuinamente brasileira?

No Brasil, a construção da identidade nacional tornou-se ponto fulcral da produção intelectual da elite brasileira no final do século XIX e início do século XX, após dois eventos fundamentais: o fim oficial da escravidão, com a publicação da Lei Áurea, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889. Mais do que a Independência em 1822, a Proclamação da República prenunciou novos tempos, sob os auspícios da modernização do país, do crescimento da imigração europeia, bem como da importação de teorias estrangeiras, a exemplo do positivismo de Comte e do evolucionismo de Spencer.

Neste sentido,

Entre 1870 e os primeiros anos do século XX o Brasil passou por um período de intensas transformações políticas, econômicas e sociais. Nem mesmo a Independência, em 1822, havia acarretado em transformações tão significativas, na medida que o Brasil independente manteve a ordem política, social e econômica assentada sobre a Monarquia, no latifúndio açucareiro e a escravidão. (...). A Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 impuseram mudanças à vida econômica e social do país. O país passava por um rápido processo de modernização material e ideológica, embora a elite brasileira tenha mantido intacto o controle do poder. Cada vez mais, certos estratos das classes altas buscavam inspiração nos valores e nos modos de vida da Europa da época, não por acaso, nesse período foram implementadas políticas destinadas a atrair imigrantes europeus (SCHNEIDER, 2011, p.162).

Da mesma forma, explica Kabengele Munanga:

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. [...] tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira. A pluralidade racial nascida do processo colonial representava [...] uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça se tornou o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do século XIX e que repercutiu até meados do século XX (MUNANGA, 2019, s. p).

Diante do exposto, foi sob a influência desta conjuntura político-ideológica que Sílvio Romero, em *História da Literatura* (1943), desenvolveu a sua teoria da identidade nacional, fundada, sobretudo, na miscigenação enquanto característica estruturante do povo brasileiro. Depois de tecer diversas considerações sobre a suposta diferença, intelectual e civilizatória, entre as raças, além de investigar a origem dos ameríndios no Brasil, Romero chega à conclusão de que o povo brasileiro é formado por uma fusão de raças, ou seja, é um povo mestiçado por excelência, bem como essa mestiçagem é um fato irremediável, enquanto produto da interação social entre o branco, o negro e o índio.

Porém, para o autor, o elemento branco tenderia a predominar em relação ao componente afro-indígena, em razão do desaparecimento progressivo dos índios, da extinção do tráfico negreiro e, essencialmente, a partir da intensificação da imigração europeia em todo o território nacional.

Sílvio Romero, um dos grandes defensores da mestiçagem enquanto característica máxima do povo brasileiro, caracterizando o mestiço como produto psicológico, étnico e histórico do Brasil e a nova forma de diferenciação nacional. Porém, se de um lado, o pensamento de Romero vai contra as teorias dominantes à época, fundadas na premissa da degenerescência da mestiçagem e do hibridismo que maculavam a perpetuação da pureza das raças – teorias eugênicas, à exemplo do que postulava Arthur Gobineau⁴ –, de outro, o autor não deixou de se filiar a estas mesmas teorias, uma vez que preceituava a inferioridade de negros e índios, bem como a necessidade de embranquecimento nacional.

Assim, embora a miscigenação tenha dado origem ao povo “genuinamente” brasileiro, que não se confundiria mais com o português e sobre o qual repousaria o futuro nacional, esta mesma miscigenação, na visão do autor, só poderia ser positiva caso permitisse o desaparecimento de qualquer rastro das raças tidas como inferiores. Em outras palavras, a

⁴ Joseph Arthur de Gobineau, a partir de 1835, tornou-se funcionário público e, como diplomata, serviu em Berna, Hanôver, Frankfurt, Teerã, Rio de Janeiro e Estocolmo. Tinha pretensões artísticas, mas angariou reconhecimento como ensaísta ao escrever o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855), um dos primeiros trabalhos sobre eugenia e racismo, publicado no século XIX. Segundo ele, a mistura de raças (miscigenação) era inevitável e levaria a raça humana à degenerescência física e intelectual. Sua segunda missão diplomática foi no Brasil, onde chegou em 1869, enviado por Napoleão III. Para Gobineau, o Brasil não tinha futuro, porque era marcado pela presença de raças inferiores. A mistura racial daria origem a mestiços e pardos degenerados e estérteis, o que levaria ao desaparecimento da população.

mestiçagem servia ao projeto da identidade nacional, mas somente enquanto categoria transitória, rumo ao ansiado e urgente embranquecimento do país.

Em síntese,

No seu pensamento, Sílvio Romero coloca a crucial questão de saber se a população brasileira, oriunda do cruzamento entre as três raças (branca, negra e índia) tão distintas, poderia fornecer ao país uma feição própria, original. Acreditava no nascimento de um povo tipicamente brasileiro, que resultaria da mestiçagem entre essas três raças e cujo processo de formação estava ainda em curso. Mas, desse processo de mestiçagem, do qual resultará a dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, dar-se-ia a predominância biológica e cultural branca e o desaparecimento dos elementos não brancos. [...]. Fica claro para nós que a mestiçagem, no pensamento de Romero, representa apenas uma fase transitória e intermediária no pavimento da estrada que levaria a uma nação brasileira presumidamente branca (MUNANGA, 2019, s. p).

Sílvio Romero, contudo, é apenas um dentre os vários intelectuais brasileiros que, desde a primeira República, estiveram interessados na formulação de uma teoria que “definisse o brasileiro enquanto povo e o Brasil como nação” (MUNANGA, 2019, s.p). Todos, desde Romero a Gilberto Freyre, foram influenciados pelo determinismo biológico, pelas correntes racialistas e eugênicas difundidas, à época, no centro europeu e muito bem recebidas em solo brasileiro.

Passemos, pois, os olhos pelo pensamento de apenas mais um destes intelectuais, posto que, os perpassar sobre a obra de todos, ultrapassaria o intento do presente artigo. Considerando que Gilberto Freyre foi um dos principais autores que contribuíram para a construção do mito da democracia racial brasileira e ao apagamento discursivo das fronteiras entre brancos, negros e índios, passa-se a analisar, sinteticamente, alguns pontos da obra freyriana.⁵

⁵ Sugere-se a leitura do capítulo “A mestiçagem no pensamento brasileiro”, do livro *Rediscutindo a mestiçagem*, de Kabengele Munanga, no qual o autor sintetiza as teorias dos intelectuais que estiveram preocupados com a construção da identidade nacional, norteados pelo conceito de raça e sob a influência das teorias racistas e eugenistas do século XIX e início do século XX. Munanga destaca a produção de Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana e Gilberto Freyre.

De acordo com Munanga, “em 1930⁶, opera-se no Brasil uma evolução que buscava novos caminhos na orientação política do País, tendo como preocupação principal o desenvolvimento social” (MUNANGA, 2019, s.p), de sorte que tal realidade não poderia mais se coadunar com as teorias raciológicas do fim do século XIX, tornadas obsoletas. Neste salto, entra em cena Gilberto Freyre, que retoma a temática racial e a da construção da identidade nacional, deslocando o eixo da discussão da raça [em termos biológicos] para a cultura.

Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre “narra uma história social do mundo agrário e escravista do nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII” (MUNANGA, 2019, s. p). O sociólogo desenvolve a tese de que a miscigenação é fruto da personalidade do colonizador português, mais propensa ao intercâmbio racial, além da escassez de mulheres brancas na colônia, o que fez com que os portugueses se aproximassem sexualmente de negras e indígenas. Neste sentido, vejamos o que Gilberto Freyre diz sobre a propensão natural dos portugueses à miscigenação, desde antes da colonização do Brasil:

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo no primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços [...]. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercurso social e sexual com raças de cor [...] (FREYRE, 1984, p. 9).

De acordo com o autor, em que pese a relação assimétrica entre senhores e escravos, foi possível o estabelecimento de uma zona harmoniosa, justamente em razão da flexibilidade do colonizador português, originando, assim, uma forma de escravidão menos cruel e menos violenta, em comparação à praticada na América Espanhola e Estadunidense. A figura do colonizador português, para Freyre,

Assemelha-se nos pontos à do inglês; noutros à do espanhol. Um espanhol sem a flama guerreira nem a ortodoxia dramática do conquistador do México

⁶ Neste trecho, Munanga pode estar se referindo à Revolução de 1930, considerada o acontecimento do período republicano brasileiro que pôs fim à chamada República Velha e, com isso, pôs fim também às articulações políticas entre as oligarquias regionais do Brasil (Minas e São Paulo).

e do Peru; um inglês sem as duras linhas puritanas. O tipo do contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis.

O escravocrata terrível que só faltou transportar a África para a América, em navios imundos, que de longe se adivinhavam pela inhaca, a população inteira de negros, foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos. É verdade que, em grande parte, pela impossibilidade de constituir-se em aristocracia europeia nos trópicos: escasseava-lhe para tanto o capital, senão em homens, em mulheres brancas. Mas independente da falta ou escassez de mulher branca o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica. Para o cruzamento e a miscigenação. Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu (FREYRE, 1984, p. 189).

Diante do exposto, resta explicada a origem da miscigenação, a qual diminuiu as distâncias entre a Casa Grande e a Senzala, transformando-se em valor positivo e não mais negativo, conforme o aspecto da degenerescência advogada por Arthur Gobineau e Nina Rodrigues, por exemplo, nem tampouco categoria transitória na direção do embranquecimento do Brasil [como em Sílvio Romero].

De acordo com Munanga (2019), Freyre consolida, portanto, o mito originário da sociedade brasileira erguida sobre três pilares: o da raça negra, branca e índia, situação que, além da mistura genética e fenotípica, acarretou o hibridismo cultural. Desta dupla mistura, biológica e cultural, nasceu o mito da democracia racial e de um povo, sem igual em qualquer outra face da Terra, em que se misturam todos, sem barreiras, sem preconceitos, porque, afinal, somos todos brasileiros e todo brasileiro tem um pé na cozinha. Nas palavras de Freyre:

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pátria. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.

É verdade que agindo sempre entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e residência, o fácil e frequente acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância

moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país (FREYRE, 1984, p. 53-54).

A partir desta breve exposição sobre o pensamento de dois dos mais influentes intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do século XX, depreende-se que a categoria raça esteve, desde muito cedo, no centro da discussão acerca da construção da identidade nacional.

3. Jeca-Tatu: o papel da literatura na construção da identidade nacional

Depreende-se, pois, que a categoria híbrida do mestiço serviu de ponto de partida para teorias diversas, que ora enxergavam na mestiçagem a degenerescência da raça branca ora viam-na como categoria positiva (desde que transitória), ante a fundação do tipo étnico essencialmente nacional. Desta feita, interessa-nos, a partir de agora, analisar o papel da literatura na formação desta conturbada identidade nacional, no final do século XIX e início do XX, através da figura de Jeca Tatu, desenvolvida por Monteiro Lobato no conto “Urupês”.

No conto, a preocupação principal de Lobato é descrever as características físicas e psicológicas da personagem, bem como do meio ambiente externo em que vive, além de tecer comparações com o indianismo de Alencar e outros autores românticos. Desta forma, o foco do autor não recai no desenvolvimento da tensão narrativa, mas sim na edificação de Jeca como símbolo e estereótipo negativo da identidade nacional da época. “Urupês”, portanto, não se destina a contar uma história nos moldes tradicionais, uma vez que expressa a própria visão de Lobato acerca da mestiçagem, do Brasil e dos brasileiros. Neste sentido, sabe-se que:

A carreira literária de Lobato teve início em 1914, com a publicação de duas crônicas no jornal O Estado de São Paulo, um dos principais periódicos do Brasil. As crônicas “Uma Velha Praga” e “Urupês” (LOBATO, 1914) foram escritas quando morou e administrou a Fazenda do Buquira. O “piolho da terra” ou “funesto parasita da terra”, Jeca Tatu, foi descrito como uma figura parasitária, indolente, preguiçosa, ignorante, inapta ao trabalho, sem nenhum tipo de sentimento patriótico, e que nada fazia além de tornar o solo estéril e prejudicar o desenvolvimento do país. A figura do caboclo nacional era incapaz de adaptar-se à civilização e ao progresso. A grande questão era a miscigenação e suas consequências degenerativas à espécie (HABIB, 2007, p. 2).

Depois de três anos do nascimento de Jeca Tatu, iniciou-se a campanha eugênica no Brasil, cujo principal objetivo era a constituição de uma população brasileira forte, sã e robusta, ou seja, tudo aquilo que Jeca não era. De acordo com Stepan, “a eugenia – por definição, a ciência do aprimoramento racial – era um atrativo óbvio para uma elite convencida do poder da ciência para criar “ordem e progresso” (lema da República) e perturbada pela composição racial do país” (STEPAN, 2004, p. 339).

Preocupado com a degenerescência da população, com as “raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beijo” (LOBATO, 1914, s. p), através da figura do mestiço, “a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso” (LOBATO, 1914, s. p), que nada põe de pé, Lobato passou a corresponder-se constantemente com Renato Kehl, um dos principais expoentes do movimento eugênico no Brasil.

O escritor, assim, aproximou-se dos ideais propagados pelo eugenismo brasileiro, de herança essencialmente francesa e base neolamarquista, fortemente aliado ao movimento sanitaria. Neste sentido, imperava no Brasil “a ideia de que o indivíduo, ao longo da vida, acumulava seus caracteres adquiridos e os transmitia à geração seguinte” (HABIB, 2007, p. 2), competindo ao Estado intervir e impor medidas que interrompessem o caráter disgênico da sociedade brasileira.⁷

Assim sendo, se, quando deu tinta e voz a Jeca Tatu, Lobato acreditava que a preguiça e o marasmo da personagem eram uma questão puramente racial, fruto da famigerada mistura de raças, que deu origem ao mestiço brasileiro. Depois do início do movimento eugênico no

⁷ Segundo Stepan: “O movimento eugênico brasileiro é um caso particularmente interessante de estudo de ciência e ideologia social. De um lado, a eugenia foi profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país. Em um sentido bem fundamental, a eugenia referia-se à raça e ao aprimoramento racial, não à classe. Isso porque concentrava suas atenções nas doenças que eram vistas como particularmente prevalentes entre os pobres, vale dizer, entre a população principalmente negra ou mestiça. Essa população era percebida como ignorante, doente e cheia de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidade. Se na cena pública a literatura eugênica utilizava a palavra ‘raça’ invariavelmente, no singular, para referir-se ao ‘povo brasileiro’, na esfera privada ela significava a ‘raça negra’. Contudo, a eugenia brasileira da década de 1920 não foi um movimento de higienização ao estilo nazista, disposto a esterilizar ou eliminar alguma raça. Como poderia sê-lo, se nem todos os membros da elite estavam seguros da ‘pureza’ de seu sangue? Na verdade, na década de 1920, a eugenia esteve associada ao esforço de vários membros da elite por resgatar o país da acusação de decadência tropical e degeneração racial” (STEPAN, 2004, p. 356).

Brasil e de suas incursões sanitaristas, sob o lema: sanear é eugenzar, a doença passou a ser o complemento do caboclo.

A descoberta sociológica da doença fez com que Lobato reformulasse a figura de Jeca Tatu, que no início aparecia como o fim intransponível de qualquer progresso e civilidade, a fim de melhor acomodar os postulados da doutrina eugênica que acreditava na possibilidade de melhoramento da raça. Neste sentido,

A campanha pelo saneamento rural fez que Lobato “reformasse” seu personagem mais famoso até então. A figura parasitária, indolente e preguiçosa do caboclo nacional, resultado da “má semente” brasileira não condizia mais com a imagem do sertão e do sertanejo doente. Jeca Tatu tornou-se Jeca Tatuzinho, e a frase que representou o pedido de desculpas de Lobato emblemática da representação do Brasil doente: “O Jeca não é assim: está assim”. Em 1919, o autor escreveu o conto “Jeca Tatu. A Ressurreição”, incorporada nas edições seguinte de Problema Vital (HABIB, 2007, p. 3).

Nesta mesma direção, argumenta Stepan:

Talvez ainda mais emblemático da eugenia brasileira seja o Jeca-Tatu, figura da ficção literária introduzida pelo escritor Monteiro Lobato para representar a condição de atraso da raça brasileira. Jeca-Tatu era um indivíduo pobre, ignorante e mestiço. Por volta de 1918, no entanto, Monteiro Lobato havia mudado de ideia sobre seu significado. Seu livro *O Problema Vital* foi escrito expressamente para popularizar o saneamento como salvação do Brasil, em um esforço por desviar a atenção da explicação racial para a desintegração social (SKIDMORE, 1974). Nessa obra, Monteiro Lobato reviu seu ensaio sobre a decadência de Jeca-Tatu, que primeiro analisara em termos de raça e depois em termos de doenças epidêmicas. “Jeca-Tatu foi feito, não nasceu”, escreveu ele (SKIDMORE, 1974, p. 271). Caso se desse comida a Jeca-Tatu, e se eliminassem seus parasitas, escreveu Renato Kehl, ele se tornaria “Jeca-Bravo” (KEHL, 1923a, p. 203) (STEPAN, 2004, p. 360).

Contudo, seja através da figura de Jeca Tatu ou de sua versão atenuada, Jeca Tatuzinho, Monteiro Lobato nunca negou seu posicionamento político racista e racialista. E é por isto que, em “Urupês”, de pronto, informa-se a sorte de personagem com que o leitor se deparará na obra. Feito um aviso, Lobato aponta para que não esperem, leitores, a virgem dos lábios de mel, os cabelos mais negros que a asa da graúna, o hálito doce como favos de jati, a índia mais rápida

que as emas selvagens, morena virgem do sertão brasileiro (Cf. ALENCAR, 2012). Desde o início, explicita que:

Morreu Peri, incomparável idealização dum homem natural como o sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas que no romance, ombro a ombro com altos tipos civilizados, a todos sobrelevava em beleza d'alma e corpo.

Contrapôs-lhe a cruel etnologia dos sertanistas modernos um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Ceci (LOBATO, 1914, s. p).

E neste mesmo fluxo continua o escritor, bradando contra o indianismo, contra o “mercado literário a procura de bugres homéricos, inúbias, tacapes, borés, piagas e virgens bronzeadas” (LOBATO, 1914, s. p), contra a transfiguração do indianismo em “caboclisto”: “o cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; o ocará virou rancho de sapé; [...] o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito” (LOBATO, 1914, s. p). Contra o romantismo de Alencar, Lobato impõe a ciência.

Para Lobato, não há como exaltar Jeca Tatu, nem como tornar herói aquele que, diante de todos os atos de sua vida, antes de agir, acocora-se, “um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem as características da espécie” (LOBATO, 1914, s. p). Segundo Lobato, Jeca está sempre de cócoras, é lento, sem esforço; mora numa cabana de sape e de lama, sem mobília, de chão batido; alimenta-se apenas do que cai ao chão, apenas do que pode colher com o espichar das mãos, ainda de cócoras; não usa talher, não usa armários, escorando-se pelas paredes, não remenda nada, “nada paga a pena. Nem culturas, nem comodidades. De qualquer jeito se vive” (LOBATO, 1914, s. p).

Jeca é o mestiço, o caboclo, a mistura de todas as raças, branca, índia e negra, ainda não aveludadas pelo mito da democracia racial⁸; Jeca é o Brasil que nunca dará certo, porque

⁸ De acordo com Abdias Nascimento, “erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta da dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas. A exigência dessa pretendida igualdade racial constitui mesmo, nas palavras do professor Thales de Azevedo, “o maior motivo de orgulho nacional” [...] e “a mais sensível nota do ideário moral do Brasil, cultivada com insistência e com intransigência” (NASCIMENTO, 2016, s. p).

existe a mandioca e existe a cana e, no ambiente dos trópicos, reside a inferioridade racial: “se a poder de estacas e diques o holandês extraiu de um brejo salgado a Holanda, essa joia do esforço, é que ali nada o favorecia. Se a Inglaterra brotou das ilhas nevoentas da Caledônia, é que lá não medrava a mandioca”. (LOBATO, 1914, s. p).

Jeca é sem vergonha como a mandioca, é amarelo e é o “sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas” (LOBATO, 1914, s.p). Jeca Tatu só é bonito no romance, porque muitíssimo feio na realidade; é a síntese e o símbolo do fracasso do brasileiro enquanto povo e do Brasil enquanto nação.

E assim, criado o símbolo, dada vida ao personagem que, até hoje, permeia o ideário e compõe os compêndios de literatura brasileira, incumbe indagar: qual o papel da literatura na construção da identidade nacional? De que forma Jeca Tatu contribuiu às significações [negativas] atribuídas à categoria racial do mestiço? Quanto de realidade e quanto de ficção residem no caboclo de cócoras?

Roland Barthes, em seu famoso ensaio, “A morte do autor”, defende que “a escrita é destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse composto, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve” (BARTHES, 2004, p. 57). Porém, indagamos: quanto das crenças políticas de Lobato preenchem a estopa de Jeca Tatu? Não estaria o escritor (porque brasileiro e, portanto, também fruto da terra mestiça) fadado, em vida, ao mesmíssimo fracasso e destino traçados na obra literária?

Antônio Candido alerta que:

Quando fazemos uma análise, [...] levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada; nem como quadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo [...] saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história, sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação estética que assimilou a dimensão social como fator da arte. Quanto isto se dá, ocorre o paradoxo assinalado inicialmente: o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica (CANDIDO, 2010, p. 16-17).

Desta feita, depreende-se a dialética entre a obra (ficção) e o meio (sociedade), entre o interno e o externo ao texto, entre a identidade do personagem e a de seu autor. Em que medida a arte retrata e expressa a sociedade e em que medida é social, preocupada com as estruturas e os problemas sociais? (CANDIDO, 2010). O jogo dialético entre Lobato e Jeca Tatu, entre Jeca Tatu e identidade nacional, entre identidade nacional e mestiçagem, entre mestiçagem e Jeca Tatu e, de novo, Lobato, ilustra que a arte depende da ação e dos fatores do meio, bem como produz sobre os indivíduos (leitores), um efeito prático, “modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais”. (CANDIDO, 2010, p. 30).

Neste sentido e considerando a arquipotência da palavra, a sua possibilidade de criar realidades, torna-se difícil pensar em arte desinteressada. A literatura, aliada à história, à sociologia, à filosofia, à política, à ciência, amalgama-se, pois, ao seu entorno, pode servir, sim, a muitos intentos, inclusive como ferramenta de reforço de estereótipos e, precisamente, no caso de Jeca Tatu, de construção da identidade nacional.

Conclusão

Retomando a pergunta inicial do presente artigo, é importante entender a que e a quem serviu a construção da identidade nacional brasileira, bem como de que forma a literatura, ao lado de outros campos do saber, serviu (ou não) a tais objetivos. De acordo com Hall,

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2000, p. 109-110).

Verifica-se, portanto, que a mestiçagem serviu à construção de um espaço restrito aos negros e indígenas na sociedade brasileira. A oposição do nós (brancos) *versus* eles (negros e

índios), bem como a total subjugação do Outro, foram atenuadas pelo processo de identificação discursiva de negros, índios e, em alguma medida, dos próprios brancos, na categoria metarracial do mestiço; tudo isso, entretanto, sem que fossem dissolvidas as barreiras estruturais da diferença. Se antes, de acordo com as teorias racialistas e eugenistas extremadas, a diferença entre brancos e as (supostas) raças inferiores era explícita, com a abolição da escravidão, consolidação da República e modernização do país, esta mesma crença na diferença, deixou de ser explicitada, porém permaneceu sempre viva e presente, seja sob o manto da democracia racial ou do eugenismo brasileiro de raízes sanitaristas e neolamarckianas.

Diversos olhares e teorias recaíram sobre o mestiço, enquanto síntese da identidade nacional. E, neste sentido, Jeca Tatu retratou não apenas a visão eugenista, racialista e individual de Monteiro Lobato, mas foi além, servindo de símbolo e de arquétipo à construção do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 57-64.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de Teoria e História Literária*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

DE ALENCAR, José Martiniano de. *Iracema*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

FREYRE, Gilberto; *Casa Grande & Senzala*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. Saneamento, Eugenia e literatura: os caminhos cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato (1914-1926). *ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História*. Associação Nacional de História, São Leopoldo, RS, 2007.

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); WOODWARD, KATHRYN. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALL, Stuart; *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 1914. Disponível em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/fabiomesquita/textos/obras-literarias/Monteiro%20Lobato%20-%20Urupes.pdf/view>. Acesso aos 05/10/2020 às 16h50min.

MUNANGA, Kabengele; *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Recurso digital: il Formato: *ePUB*.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2016. Recurso digital: *ebook*.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 5 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

SCHNEIDER, Alberto Luiz; O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX. In: _____. Viagens, viajantes e deslocamentos. *Projeto História*, n. 42, jun. 2011.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D. (Orgs). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004 (História e Saúde Collection, p. 330-391).

Recebido em: 30 de outubro de 2020.

Aceito em: 19 de dezembro de 2020.